

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.077 - SP
(2019/0011559-3)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : SEBASTIAO CESAR PEREIRA
AGRAVANTE : MARIA NEUZA DOS SANTOS PEREIRA
ADVOGADOS : GILBERTO SAAD - SP024956
IRIS VÂNIA SANTOS ROSA - SP115089
EVANDRO FERNANDES MUNHOZ - SP206425
JOÃO MARCELO GUERRA SAAD - SP234665
WILLIAM BEHLING PEREIRA DA LUZ - SP207648
AGRAVADO : EDIVALDO JULIO DOS SANTOS
AGRAVADO : ANGELA PARRA DOS SANTOS
ADVOGADOS : ANA PAULA GALVÃO DE OLIVEIRA - SP161872
LAIS RIBEIRO DE CASTRO LARocca - SP336664

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C DEVOLUÇÃO DE VALORES, EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Diante das razões apresentadas no agravo interno de e-STJ fls. 547/558, reconsidero a decisão de e-STJ fls. 544/545 e passo à nova análise do recurso.

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por SEBASTIAO CESAR PEREIRA e OUTRA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 13/09/2018.

Concluso ao gabinete em: 12/02/2019.

Ação: de rescisão contratual cumulada com devolução de valores,

em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por DIVALDO JÚLIO DOS SANTOS e OUTRA em face de SEBASTIAO CESAR PEREIRA e OUTRA.

Decisão agravada: indeferiu pedido de realização de nova perícia de imóvel penhorado e homologou anterior laudo pericial.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento manejado pelos recorrentes. O aresto restou assim ementado:

Agravo de Instrumento Rescisão de contrato cc devolução de valores Cumprimento de sentença Decisão que indeferiu nova avaliação do imóvel penhorado Impugnação ao laudo pericial homologado, proveniente de pedido anterior de outra avaliação do bem Nova insurgência dos executados Metragem utilizada nos cálculos informada nos documentos e pareceres elaborados pelos assistentes técnicos dos próprios executados Imóvel avaliado considerando o estado em que se encontra e a área real que os Agravantes possuem Laudo elaborado considerados elementos comparativos e o imóvel avaliando, aplicados os fatores de maior interferência Decisão mantida Recurso improvido.

Recurso especial: os recorrentes alegam violação dos arts. 371 e 480 do CPC. Pleiteiam "seja reconhecida a necessidade e determinada nova avaliação do imóvel penhorado, com a realização de nova perícia técnica".

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 371 e 480 do CPC, indicados como violados, não tendo os agravantes manejado embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Ademais, o Tribunal de origem fundamentou suas conclusões nos

seguintes fatos:

A decisão agravada indeferiu o pleito de nova avaliação, anotando que no laudo pericial foi adotada a área total indicada pelo assistente técnico do executado (91.800m²), sendo que o laudo foi elaborado considerando os elementos comparativos e o imóvel avaliando, aplicados os fatores de maior interferência, dentro da razoabilidade esperada.

O laudo pericial homologado é proveniente de pedido anterior dos Agravantes para realização de outra perícia no imóvel sob o qual recai a constrição, com o que não concordam novamente os Recorrentes.

Em resposta à manifestação das partes, o perito esclareceu que, no que diz respeito à utilização da metragem de 91.800 m² nos cálculos, a fonte da informação são os documentos e pareceres técnicos elaborados pelos próprios assistentes técnicos dos requeridos e que foram juntados aos autos (fls. 307/309 do agravo), ressaltando que foi verificado o valor de mercado do imóvel na avaliação.

O imóvel, pois, foi avaliado no estado encontrado e nos limites da área real que os Agravantes possuem, conforme informação que eles próprios indicaram nos autos inicialmente.

Descabida a realização de nova perícia, da mesma forma como não é possível adotar o laudo apresentado pelos Recorrentes, porque de elaboração unilateral. (e-STJ fls. 474/475)

Alterar o decidido no acórdão impugnado exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7 do STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno as partes de que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora